

**DISCURSO DE POSSE DO DESEMBARGADOR
PRESIDENTE ANTONIO HONÓRIO PIRES DE OLIVEIRA JUNIOR**

Ao assumir a Presidência desta Augusta Corte de Justiça, quero agradecer profundamente comovido a confiança dos seus eminentes pares, adiantando-lhes o meu propósito de tudo fazer para engrandecê-la, seguindo, aliás, as pegadas dos meus ilustres antecessores.

A Justiça, como de resto toda conquista humana, é obra de sedimentação, soma da luta e do suor dos que se bateram por um objetivo comum, visto que as maiores construções representaram a congregação de simples moléculas, na velha observação de Belzelius.

Mas esse esforço não é nem poderia ser isolado, porquanto a própria beleza universal advém da harmonia das suas forças. Uma estrela, por exemplo, por mais cintilante que seja, não empresta ao firmamento o colorido ofuscante e encantador que lhe ornamenta as suas constelações. O modesto e humilde fio d'água, que corre, lento e lento, pela flor da terra, formando os riachos, se transforma em rio caudaloso, após receber os sés afluentes, indo, muitas vezes, engalanar a natureza com as suas cachoeiras, quais véus de noiva, metamorfoseados em arco-íris...

Para sorte minha e mercê de Deus, encontro um terreno complainado pela experiência dos meus antecessores e com a cooperação direta de colegas ilustres, para o comando do órgão, comandantes de longo curso, pra Vice-Presidente Luiz Vicente Cernicchiaro e para Corregedora, Maria Theresa de Andrade Braga, que dispensam referencias, pois aquele é o Mestre de Direito Penal, autor consagrado, cuja matéria professa pela cátedra da prestigiosa e conceituada Universidade de Brasília. Fui seu colega no Ministério Público local, onde fez carreira brilhante e ascensional, ingressando posteriormente na Magistratura, através de memorável concurso, atingindo esta Colenda Corte, rapidamente, pelos seus méritos notórios, em que sobressaem a cultura, a altivez e alinha do verdadeiro juiz. Querendo sobrepor-se, aprimorando os seus já sólidos conhecimentos jurídicos, fez na Itália e Inglaterra, escreveu teses e publicou livros, realizando a aspiração dos grandes valores.

Teixeira de Freitas, o civilista do império, como é sabido, levou o nome do Brasil além das suas fronteiras, uma vez que o seu projeto do Código Civil, aqui rejeitado, serviu de inspiração a Valez Sarsfield, ao elaborar o Código daquele país.

Ao dirigir a carta ao Ministério da Justiça daquela época – Martin Francisco Ribeiro de Andrade – pedindo dilação de prazo para concluir o seu Esboço, confessou não o considerar perfeito, por não estabelecer a unificação do direito privado.

Não logrando deferimento, despedaçou-o, levando Bevilaqua, anos após, a proclamar:

“É uma pagina dolorosa, a mais dolorosa da história da jurisprudência brasileira, aquela em que o sábio jurista renega todo o seu trabalho, destruindo-o e sacrificando-o, com a heróica abnegação de um estóico, ao que julgava a verdade científica”.

É a manifestação dos grandes caracteres, que colocam a cabeça acima do coração e do dever científico em plano superior as próprias conveniências pessoais.

Já a Desembargadora Maria Thereza é a primeira mulher a alcançar, entre nós, o mais alto grau da Justiça Comum. Filha de magistrado ilustre, o douto Desembargador Pedro Braga que honrou o culto Tribunal de Justiça de Minas Gerais, como a Pasta do Interior e Justiça, do mesmo Estado, depois de passar pela advocacia militante, e ora aqui presente, como anjo tutelar de quem lhe segue os passos e o exemplo; essa jovem cultora do Direito, padrão de equilíbrio da mulher mineira, encanta pela simplicidade, imitando a violeta, que espalha o seu perfume, sob o verde matiz das suas folhas.

Ninguém a vê pelos corredores; a forja permanente do seu trabalho é o silencio do gabinete, de onde procura fazer Justiça, aplicando a lei, a fim de cada um o que é seu. Suas decisões refletem sua própria personalidade, pelo sentido humano. Sem pretender, imita o Sol, que faz o bem da altura. Sua linguagem serena e polida, traz em si o eufemismo, procurando quebrar quase sempre o choque de interesses, os conflitos, de onde emergem a incompreensão e o ódio. Pastora da concórdia, sua delicadeza encanta e a sua bondade entenece. É um exemplo de equilíbrio, para cuja descrição não tenho palavras. Se me fosse dado compará-la a um quadro de arte, lembraria O Bom Pastor, de Holmen Hunt, em que Cristo aparece com uma lanterna na mão esquerda, batendo, com a direita em uma porta fechada. Ao ser descoberto o quadro, sobre o qual havia uma cortina, no dia da inauguração, um critico advertiu, severo: “A obra é defeituosa, pois a porta a porta não possui fechadura”, ao que lhe respondeu Hunt:

Engana-se, ela é como o coração humano, que só abre por dentro.

Tais as suas decisões, refletidas e justas, iguais e imparciais, que vencem pela lógica e convencem pelo próprio sentido humano.

Não poderia, nesta hora, deixar de voltar meu pensamento para os que antecederam, para os que abriram as primeiras picadas no caminho acidentado, arrancado urzes e enfrentando abrolhos. Brasília foi plantada Planalto ainda virgem e praticamente um deserto, retrato vivo de um Brasil primitivo, que os nossos maiores desbravaram, para nos legar esta pátria imensa, verdadeiramente continental, onde resplandece a imagem do Cruzeiro do Sul.

Aqui não havia conforto nem qualquer espécie de assistência, predominando o vazio, a solidão e a melancolia, ao som monótono do uivar do lobo guará, nos dias de bochorno, ou o mugir tristonho do gado curraleiro, tangido pelo berrante plangente dos vaqueiros solitários, ao cair da tarde, enquanto a noite, sem diversão nem pontos de encontros, de iluminação precária, convidava ao repouso reparador, sob o piar das aves agouzeiras.

Os verbos auxiliares haver e ter não eram conjugados no presente do indicativo, mas no futuro: haverá ou terá, uma vez que, na realidade, nada havia e nada existia. Os restaurantes eram barracos; os poucos apartamentos, ocupados pelos servidores, quase sempre sós, pois a família ficava no local de origem. A avenida W-3, hoje pulmão do nosso comércio, de difícil acesso no período de chuvas...

Era a Brasília dos idos de 60, quando foi instalado o Judiciário, que funcionou por vários anos no Bloco VI, da Esplanada dos Ministérios, levando o nosso Juscelino José Ribeiro, então Juiz Substituto, a lançar o slogan inteligente e espirituoso: “Uma cidade sem Fórum não foro de cidade”.

Pois bem; Hugo Auler, a cuja cultura e talento rendo meu preito de saudade, foi o primeiro artífice da instalação desta Colenda Corte, seguido por outra figura impar de juiz, Márcio Ribeiro, nomeado, ainda no exercício do mandato, Ministro do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, sendo substituído pelo douto desembargador Joaquim de Sousa Neto, eleito por dois períodos.

Após, e pela ordem cronológica, os eminentes Desembargadores Raimundo Ferreira Macedo, José Colombo de Sousa, Candido Colombo Cerqueira, Milton Sebastião Barbosa, egresso do Ministério Público, Lúcio Batista Arantes, primeiro juiz de Brasília, José Julio Leal Fagundes, de saudosa memória, José Fernandes de Andrade, Juscelino José Ribeiro, que honra, hoje, ao receber-me, em nome deste culto Colegiado, com o seu verbo candente, revestido de

reflexão e experiência, e, finalmente, Helládio Toledo Monteiro, que traz no sangue a fibra dos bandeirantes, refeito e caldeado no cadinho do seu eminente genitor, o jurista Honório Monteiro, que dignificou o Direito, na preservação da Justiça, levando bem alto as funções públicas que exerceu, como Ministro de Estado e professor egrégio, e de cujas mãos recebo os destinos desta Casa.

Brasília, portanto, estava longe de ser a cidade vergel que hoje é, verdadeiro monumento de arte, com as suas quadras e super-quadras tapizadas de folhas e flores e suas pistas imensas, sem cruzamento, mas servidores de modernos e funcionais retornos, que são conquistas da avançada arquitetura, o que bem prova a obra patriótica deixada pelo notável Estadista Juscelino Kubitscheck que transformou o Brasil do estagio agro-pecuário em um país industrializado, no concerto das grandes nações.

Juscelino Kubitscheck foi o ESTADISTA que, seria o Romano entre os Romanos, ou Ateniense na própria Grécia. Seu nome passou à História e vive na memória de legião de brasileiros. Graças a ele conseguimos realizar o velho sonho de nossos antepassados dando-nos essa notável metrópole que é a cidade do século e o verdadeiro trampolim da unidade nacional.

Antes de Juscelino o progresso do Brasil vivia caraquejando nas praias na pitoresca frase do saudoso historiador Frei Salvador.

Graças, portanto, a Brasília conseguimos rasgar estradas, atravessar rios elevar não só o progresso, como a civilização a todos os quadrantes da pátria. Sem Brasília, o Planalto Central continuaria no marasmo em que sempre viveu. Sem dificilmente teríamos uma Belém-Brasília, de extensão continental, sem Brasília, não teríamos alcançado o estágio de desenvolvimento atingido, tornando a nossa pátria senhora do seu destino de sua grandeza.

No âmbito augusto de um simples discurso não é possível descrever a imensidão da obra deixada por Juscelino Kubitscheck, notável Estadista mineiro, o que, aliás, seria disponível por que ela está impregnada na lembrança dos homens de bem, brilhando e rebrilhando na consciência de todos nós.

Na luta titânica desses magistrados não há novidade, visto ser a repetição do que enfrentam os nossos desbravadores e Brasília é o decalque exaltado pelos nossos primeiros historiadores, através de fatos, que empolgam e de lendas que maravilham.

Pátria nascida sob o signo da Cruz, se no começo apavorava os negros, para aqui trazidos como escravos, e dos quais muitos morreram pelo banzo, tornou-se, em breve, o berço da

liberdade, reabilitação deles próprios, ao verem libertos seus filhos do seio bárbaro da África selvagem, dado no mundo não houve escravidão mais benigna, a ponto de dialetos africanos enriquecerem o nosso idioma, os seus costumes criaram o nosso folclore, as suas crenças as nossas superstições e o sangue e contribuir para a formação de uma raça dócil e sentimental, na observação arguta do sociólogo Oliveira Viana.

E, observem, Portugal foi, no mundo, quem exerceu em mais larga escala o tráfico escravo, devastando, sobretudo, as ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, S. Tomé, Ilha do Príncipe, além das terras de Angola, Benguela, Moçambique e tantas outras.

No Judiciário não há solução de continuidade, reitero. Foi da soma dos esforços desses abnegados magistrados, que se conseguiu o estágio a que chegamos, sendo desnecessário e até redundante realçar a sua obra, que se define por si mesma, na majestade dos seus contornos, como um retrato ampliado e fiel, cuja nitidez ofusca e amesquinha a tentativa da descrição.

A contribuição desses Presidentes foi imensa, a eles, em si, foram grandes sem pretender, encontrando no caminho do dever reconhecimento, sem procurá-lo, pois repetiram o papel das tropas de vanguarda de Napoleão, que tapavam o fosso, para a passagem tranqüila dos que vinham atrás...

Nós e nossos dignos companheiros de missão, encontramos um caminho planejado, sem tropeços, que nos permite prosseguir, sem desfalecimento, em marcha ascendente, rumo ao progresso, pela paz social. Para tanto, contudo, é necessário o esforço conjugado de todos.

As entidades públicas são como o organismo humano, que depende, para o seu bem estar e para o seu bem estar e para que ocorra a eutímia, do funcionamento harmônico de todos os órgãos; o desajustamento de um só deles acarreta o desequilíbrio e o mal estar.

A Justiça é a árvore, a cuja sombra a sociedade se abriga. Mal de nós se ela não existisse, para dissipar os conflitos, dando a cada um o que é seu.

O instrumento da Justiça é o direito, que foi feito para realizar-se, pois o que não é direito, na eloqüente definição de Ihering.

Uma justiça morosa é a sua própria denegação, levando João Monteiro, com a autoridade do seu nome, a afirmar que pior do que a sentença venal é o emperramento do processo, porque contra aquela há recurso para a Instância Superior, mas a nossa lei adjetiva civil não prevê contar este embargos de gaveta...

Brasília – a capital do século – é talvez, a mais sui generis das comarcas brasileiras, dada a população heterogênea e flutuante que nela habita, sem se unir de imediato pelos laços de fraternidade, que só o tempo consolida.

Daí os inúmeros conflitos sociais que deságuam na Justiça, sobrecarregando os juízes, pois, na maioria das outras cidades, cada cidadão se arvora em juiz de paz, conciliando as partes, arrefecendo os ânimos, uma vez que ali fermenta o caldo de velhas amizades, entre famílias vizinhas, ligadas as mais das vezes por laços colegiais, entre avós, pais e filhos.

Dir-se-ia um jardim de flores domésticos, quais lírios do campo, que ornamentam a natureza, ao calor do mesmo sol.

Em um dos grandes romances de Fernando Sabino ele enfatiza a angustia do homem solitário, vivendo no meio da multidão.

Brasília, pela densidade da população, é a cidade em que ocorre o maior número de separações conjugais; de abandono do lar, máxime nas classes menos bafejadas pela fortuna, gerando, em consequência, as ações de alimentos, cuja clientela maior procura os Defensores Públicos.

Quem se der à curiosidade de percorrer os corredores do nosso Fórum, nas horas de maior movimento, verá dezenas de pobres mães de família, de pé, esqueléticas e famintas, acompanhadas dos filhos menores, e até de peito, aos quais alimenta, com o seu leite desnutrido e ralo, escondendo calada, a própria dor, ao peso da ironia da vida, ao matar a fome, quando ela em si é a imagem da fome... ao deixar o barraco distante, sem muitas vezes, uma simples xícara de café.

É a procissão da morte, naquele quadro angustiante e sombrio, de seres humanos em busca de alimento.

É meu propósito lutar pelo melhor aparelho do nosso órgão, ampliando seu quadro de servidores e de juízes, dando às cidades satélites a possibilidade de bem cumprir a sua missão, dentro da logística militar, de que “quem dá o encargo, fornece os meios”.

É um principio velho e até revelho, dado que o apelo do Arquimedes se transformou em aforismo: “Dê-me um ponto de apoio, que eu levantarei o mundo”.

Sem esse apoio, tudo será inútil, mero sonho de Xerxes, ao pretender algemar o Oceano...

Para felicidade do Judiciário, temos à frente do Excelso Supremo a figura singular do preclaro Ministro Cordeiro Guerra, que trouxe para a magistratura o espírito aguerrido, que o consagrou nos quadros do Ministério Público do antigo Distrito Federal.

Suas medidas tem sido o reflexo do seu comprovado desejo de bem servir a sociedade brasileira, repetindo, entre nós, o lema inglês: “A força do nosso Estado converge para o engrandecimento do nosso Poder Judiciário”.

Realmente, só um Judiciário independente e atuante pode garantir a harmonia dos demais Poderes, no fim a que se propõe o próprio Poder Público. “Com alei, pela lei e dentro da lei, disse Rui Barbosa, porquanto, fora da lei não há salvação”.

Outra figura, que tem sido um baluarte no emagrecimento do Judiciário é o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados, Desembargador Sidney Sanches, do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, cujo vigor da sua mocidade, simpática e ardente, tem merecido encômios, exatamente pelo seu dinamismo, ao levar aos mais distantes rincões do nosso território a sua palavra contagiante de fé em nossos destinos, contribuindo, com isso, para que a nossa pátria seja senhora da sua liberdade e do seu destino.

Já foi o tempo em que o juiz vivia enclausurado, na sua torre de marfim, sem se aperceber dos dramas que afligem a sociedade, quando na realidade deve ser “a bússola, que orienta o farol, que salva os náufragos”, na frase do Amado Nervo.

Até na Guerra, ao se apossar do solo inimigo, o que primeiro se instala é o Judiciário.

Ainda no Brasil - Colônia, em 1608, criou-se o Tribunal da Relação da Bahia, com oito desembargadores, vindos de Portugal. No principio, o povo – o sempre eterno censor – recebeu a noticia com frieza e desconfiança; mas ao entrar em funcionamento, despertou euforismo, pela lisura com que procederam, com rapidez e eficiência, aponto de a província do Rio de Janeiro pedir igual beneficio, em 1751, ao tempo de Dom José I; São Luiz do maranhão, em 1811, e recife em 1821, aquela como esta no reinado de Dom João VI.

Justiça não é luxo, mas necessidade; daí o meu propósito de tudo fazer para que na cidade, que criada para estabelecer o equilíbrio central da nossa política, haja também um modelo padrão do verdadeiro Poder Judiciário. Para tanto, porem, preciso e peço o apoio de todos, Poder Executivo, Legislativo, convencido da magnitude da obra do peso da missão, que exige a soma de esforços, concentrados e diuturnos. E justiça só se distribui pela união conjugada do

Ministério Público e da Advocacia, esta postulando, provocando e acompanhando, aquele fiscalizando, na defesa impessoal da coletividade.

É, portanto, a amálgama, de três forças, que não podem separa-se nem tão pouco mutilar-se, sob pena de transformar-se num monstro, inútil, como resquícios, que a correnteza leva.

Tudo que se fizer para o aprimoramento do judiciário será válido, ampliando o seu quadro, selecionando os seus juizes, através de concursos, os quais, e ainda, deve submeter-se a um estagio em Escola da Magistratura, para auferi-lhe a vocação e a postura.

O judiciário não busca apenas, jurisconsultos, mas julgadores equilibrados, que saibam aplicar a lei, com igualdade e imparcialidade, dentro do suum cuique.

E por isso não é novidade; isso já é previsto na Lei nº. 4.215/63, que estabeleceu o Estatuto do Advogado. Além desse estatuto, há também a lei nº 5.482/72, ambas visando ao aperfeiçoamento do exercício do direito.

Procurarei manter com os demais Poderes, Executivo e o Legislativo, o melhor relacionamento na preconização de disposição Constitucional de independência e harmonia.

Não poderia, nesta hora de euforia para mim, deixar de voltar meu pensamento para a terra, que me serviu de berço, para a velha e querida cidade do Serro, cenário de tanta lutas, em busca das riquezas brasileira, terra de Pedro Lessa, o jurista filosofo, e de Edmundo Lins, que honraram o Supremo Excelso; terra da mãe do mais serio e erudito crítico literário do fim do século XIX e inicio do atual, José Veríssimo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1896, cedendo-lhe, inclusive, para sua instalação, o seu gabinete na Revista Brasileira; berço de João Batista de Negreiros Sayão, Visconde de Sabará, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça do Império em 1886, posteriormente, 1º Presidente do Supremo Tribunal Federal, permanecendo da presidência da alta câmara judiciária por dois mandatos consecutivos, por eleição de seus pares.

Terra em que passei a minha infância, e da qual guardo doces lembranças; terra de meu pai, Antonio Honório Pires de Oliveira, a quem rendo minha homenagem de saudade e de ternura, pelo o exemplo de honradez que me deu, pelos princípios rígidos de uma conduta sem jaças, desparzindo o bem e cuidando, como prefeito do município, dos interesses coletivos, com amor e civismo, sem distinção de cor partidária, dando tudo de si, sem nada pedir. Adotando-lhe

o nome, tudo farei para não desonrá-lo, pois nos momentos de dúvidas, nas horas de incerteza, sempre invoquei o seu espírito, como sombra protetora e amiga.

Que homem bom foi meu pai, a quem dirijo a minha prece, impregnada de reconhecimento e banhada em lágrimas, pela saudade!

Minha mãe por felicidade do destino, aqui está, comungando da mesma emoção, para abençoar o filho que tanto lhe quer e que para ela será sempre o menino imaturo, necessitando de seu conselho e da sua proteção.

A mais bela página da língua portuguesa é, talvez, a que escreveu Rui Barbosa, ao dirigir aos pais, na sua Visita à Terra Natal, ao recordar-se das doces plagas, onde a mãe o embalara, onde Castro Alves cantou o verde murmuroso do seu mar e onde ele ouvia os primeiros conselhos paternos.

Perdoai-me vós, portanto, que me honrais com a vossa presença, o tributo de reconhecimento àqueles a quem tudo devo, porque, neste momento, meu pensamento se volta para o passado, numa saudade, e comovido até as lágrimas.

Muito obrigada a Juscelino Ribeiro, pelas palavras colhidas do coração, como também agradeço aos que aqui vieram trazer o calor da sua amizade e o incentivo da sua solidariedade, capaz de dar-me forças suficientes para cumprir um ideal, a bem de uma causa comum!

Ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, o douto Advogado Amaury Serralvo, cuja luta pelo Direito e pela Justiça, têm sido ponto alto de sua dinâmica administração, realizador da melhor sede da Ordem dos Advogados, nossa comovida gratidão.

Ao ilustre Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dr. José Dilermando Meireles, que tem prestado relevantes serviços à Instituição que com sabedoria e ideal dirige, meu comovido agradecimento, em meu próprio nome, como em nome dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Vice-Presidente e Corregedora da Justiça do Distrito Federal e Territórios, respectivamente, Luiz Vicente Cernicchiaro e Maria Thereza Braga.

A todos os que aqui compareceram, especialmente do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Cel. José Ornellas de Souza Filho, Ministro Presidente do Tribunal Federal de recursos Dr. José Fernandes Dantas, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, representado pelo Dr. Sérgio Gonzaga Dutra, Ministro de Estado da Justiça, representado pelo Dr. Aldo ferro. Ministro de Estado da Previdência e assistência Social,

representado pelo Dr. Galba Velloso, Ministro de Estado da Marinha, representado pelo Comandante Carlos Viveiros, Ministra de Estado da Educação e Cultura, representada pelo Dr. Álvaro Álvares da Silva Campos, Ministro de Estado do Interior, representado pelo Dr. Adalberto carvalho, Presidente do Superior Tribunal Militar, representado pelo Dr. Sérgio Chaves, Procurador-Geral da República, Dr. Inocêncio Mártires Coelho, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União, Dr. Francisco Salles Branco, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 10ª Região, Dr. Sebastião Machado Filho, Governador do Estado de Minas Gerais, representado pelo Dr. José Adjunto Filho, Governador do Estado de Rondônia, representado pelo Dr. Benedito Guilherme Ferreira Luz, Governadores dos Territórios de Amapá e Roraima, respectivamente, Drs. Mauro Castro e Francisco Vasconcelos Menescal, Presidente do instituto dos Advogados do Distrito Federal, Dr. Jorge Jardim, Secretaria da Educação e Cultura Professora Eurides Brito, Secretario da Fundação Cultural do Distrito Federal Dr. Carlos Fernando Matias e Procurador-Geral do Governo do Distrito Federal, Dr. Emmanuel Mendes Lyrio, Ministros Oto Rocha, Pádua Ribeiro, Washington Bolivar de Brito, Deputados Federais José Maria Magalhães e Jairo Monteiro da Cunha Magalhães, eleitos por Minas Gerais, demais membros dos Tribunais Superiores, Juízes Substitutos e Juízes de Direito do Distrito Federal e Territórios, Subprocuradores-Gerais, Curadores, Promotores Públicos, Promotores Substitutos e Defensores Públicos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Advogados, que, com o calor de suas amizades e os incentivos amigos de suas simpatias, o nosso mais grato reconhecimento e a efusiva expressão do nosso agradecimento.

À minha esposa, companheira de 24 anos, aos meus queridos filhos, irmãos, cunhados, parentes, amigos que aqui vieram multiplicar o nosso jubilo e conforta-nos, às nossas auxiliares de gabinete, Noeme, Aparecida, Maria Helena, Rosália, ao meu Assessor Dr. Orlandino, a todos os funcionários desta Augusta Casa, nossas homenagens e gratidão.

Suplico a Deus que nos inspire e nos ilumine guiando-nos em nossas novas e relevantes funções.

Possamos legar aos nossos sucessores, ao termino de nossa administração, um TRIBUNAL apto e capaz distribuir pronta e eficiente Justiça aos seus jurisdicionados.

Parodiando o Eminentíssimo Dês. João Medeiros, em sua prece de Juiz, também pedimos:

“Quando nos atormentar a duvida, ilumine o nosso espírito, quando vacilarmos, alente a nossa alma, quando esmorecermos, conforte-nos, quando tropeçarmos, ampare-nos. E quando um dia, finalmente, sucumbimos ou comparecermos à sua AUGUSTA presença para o ultimo Juízo, olhe compassivo para nós”.

“Dite Senhor, sua sentença.

Julgue-nos como um Deus”.

Nós julgamos e administramos como homens.

Por ultimo, Senhores Desembargadores, pedimos vênia para devolver-lhes a aureola dessa glória com que fomos brindados merecendo o voto majestoso da confiança de cada um porque essa mesma glória deve ser revestida a àqueles que tanto merecem, sempre elevando o nome desse Egrégio Tribunal, pela dignidade, pela honradez e pela cultura.